

# **Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Informações sobre a Companhia**

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

A Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2013.

## 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas a seguir:

### 2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	2012	2011
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
CSB Transtex Chile S.A. (“Transtex Chile”)	(i) 100	(i) 100
Incard do Brasil Ltda. (“Incard”)	(ii) 50	(ii) 50
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(iii) 100	(iii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100
Valid USA, Inc. (“Valid USA”)	(iv) 100	-
Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”)	(iv) 100	-

(i) Participação direta e indireta.

(ii) Participação indireta através da Interprint Ltda.

- (iii) Empresa constituída em 2011.
- (iv) Participação indireta através da Valid Espanha.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

O investimento que a controlada direta Interprint possui na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa, mas não o controle, e, sendo assim, não é consolidada.

Considerando a existência de acordos de acionistas para a administração compartilhada da Incard, suas demonstrações financeiras foram consolidadas proporcionalmente com base no respectivo percentual de participação.

As rubricas sumarizadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada em conjunto Incard, incluída na consolidação, depois de aplicadas as proporções de participações acionárias, são assim resumidas:

	<b>Incard</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ativo		
Ativo circulante	22.896	30.624
Ativo não circulante	10.001	6.385
<b>Total do ativo</b>	<b>32.897</b>	<b>37.009</b>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	11.567	15.537
Passivo não circulante	1.730	954
Patrimônio líquido	19.600	20.518
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>32.897</b>	<b>37.009</b>
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Receita líquida de vendas	40.802	43.734
Custo das vendas	(35.634)	(32.086)
<b>Lucro bruto</b>	<b>5.168</b>	<b>11.648</b>
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.881)	(1.710)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.193)	(49)
Imposto de renda e contribuição social	(2.012)	(2.941)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(918)</b>	<b>6.948</b>

## 2.2 Combinação de negócios

### Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos

líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado como ganho por compra vantajosa no resultado do exercício na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

## **2.3 Investimento em coligada**

O investimento da Valid na coligada Multidisplay é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

## **2.4 Investimento em empreendimento controlado em conjunto**

A Valid mantém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da Incard, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e a Incard. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

## **2.5 Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média.

### **a) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

### **b) Empresas do Grupo**

As demonstrações financeiras das controladas Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions, sediadas respectivamente na Argentina, Chile,

Espanha e Estados Unidos, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países.

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio na compra de uma controlada após 1º de janeiro de 2009 são contabilizadas no Patrimônio Líquido.

## **2.6 Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

### **Venda de produtos**

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

### **Receita de juros**

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

## **2.7 Impostos**

### **Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

## **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## **Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **2.8 Transações envolvendo pagamento baseado em ações**

A Companhia outorgou aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos programas (vide detalhes na Nota 25).

## **2.9 Instrumentos financeiros**

### **a) Ativos financeiros**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outras contas a receber.

#### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.



### **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

### **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

## **b) Passivos financeiros**

### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **d) Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”)

#### **e) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

### **2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **2.11 Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

### **2.12 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de

caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **2.13 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

## **2.14 Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 10% a 30%.
- Móveis e utensílios – 10% a 20%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **2.15 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## **2.16 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

## **2.17 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

## **2.18 Arrendamento**

### **O Grupo como arrendatário**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## **2.19 Provisões**

### **Geral**

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **2.20 Participação nos resultados**

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

## **2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

## **2.22 Apresentação de informação por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia

## **2.23 Novos pronunciamentos contábeis**

### **a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia**

O Grupo não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10 existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação, em que duas ou mais partes têm controle conjunto, deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRS pela primeira vez.

- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas – reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” – as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRS - as melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRS. As alterações às IFRS são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
  - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
  - b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

O Grupo ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção para todas as novas normas, interpretações e alteração, porém espera que a aplicação do IFRS 11 apresente impacto sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, tendo em vista que os investimentos na empresa Incard não atendem à definição de Joint operations e, portanto, a partir de janeiro de 2013, a expectativa é contabilizar pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a participação nas empresas, o que produzirá impacto no processo de desreconhecimento da consolidação proporcional na posição financeira ou resultado das operações quando comparado com a consolidação proporcional da Companhia, como atualmente considerado.



## 2.24 Reclassificações referentes a exercícios anteriores

A Companhia identificou a seguinte reclassificação aplicável às informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

- Reclassificação nas Demonstrações do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 do montante de R\$ 23.076 na controladora e no consolidado referente aquisição e baixa de ações em tesouraria classificada anteriormente como atividade de investimento para atividade de financiamento.

### a) Demonstrações do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	(publicado)	(Reapresentado)	(publicado)	(Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>83.073</b>	<b>83.073</b>	<b>157.020</b>	<b>157.020</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(25.699)</b>	<b>(25.699)</b>	<b>(33.056)</b>	<b>(33.056)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>57.374</b>	<b>57.374</b>	<b>123.964</b>	<b>123.964</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	(28.262)	(28.262)	(38.564)	(38.564)
Aquisição de investimentos e intangível	8.672	8.672	(2.370)	(2.370)
Aquisição e baixa de ações em tesouraria	(23.076)	-	(23.076)	-
Dividendos recebidos	35.178	35.178	2.700	2.700
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(7.488)</b>	<b>15.588</b>	<b>(61.310)</b>	<b>(38.234)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos	(12.010)	(12.010)	(12.010)	(12.010)
Juros sobre capital próprio pagos	(28.734)	(28.734)	(28.734)	(28.734)
Debêntures	100.000	100.000	100.000	100.000
Pagamento de debêntures	(72.000)	(72.000)	(72.000)	(72.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(20.649)	(20.649)	(20.649)	(20.649)
Ações em tesouraria	-	(23.076)	-	(23.076)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(33.393)</b>	<b>(56.469)</b>	<b>(33.393)</b>	<b>(56.469)</b>
Ajustes acumulados de conversão	-	-	2.775	2.775
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.493</b>	<b>16.493</b>	<b>32.036</b>	<b>32.036</b>
<b>Saldos do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	107.743	107.743	139.744	139.744
No fim do exercício	124.236	124.236	171.780	171.780
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.493</b>	<b>16.493</b>	<b>32.036</b>	<b>32.036</b>

As reclassificações acima mencionadas não tem impacto nas demais demonstrações da Companhia.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza

relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### **Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25.

### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja

lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

### **Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível**

Conforme descrito na Nota explicativa 2.14, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

### **Provisão para participação nos lucros**

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

### **Valor Justo de Instrumentos Financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	2.551	5.131	43.088	13.713
Equivalentes de caixa	28.207	119.105	74.552	158.067
<b>Total</b>	<b>30.758</b>	<b>124.236</b>	<b>117.640</b>	<b>171.780</b>

Os equivalentes de caixa referem-se à aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha, e estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

#### 5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes	89.897	88.280	177.007	153.504
Provisão para perdas sobre créditos	(593)	(605)	(1.158)	(976)
<b>Total</b>	<b>89.304</b>	<b>87.675</b>	<b>175.849</b>	<b>152.528</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>A vencer</b>	<b>65.682</b>	<b>78.394</b>	<b>119.415</b>	<b>129.859</b>
<b>Vencidos</b>				
Até 30 dias	10.402	6.090	31.655	13.670
De 31 à 60 dias	7.961	1.964	16.055	3.563
De 61 à 90 dias	1.051	452	2.138	2.735
De 91 à 120 dias	2.153	37	2.457	227
Há mais de 121 dias	2.648	1.343	5.287	3.450
<b>Total vencidos</b>	<b>24.215</b>	<b>9.886</b>	<b>57.592</b>	<b>23.645</b>
<b>Total</b>	<b>89.897</b>	<b>88.280</b>	<b>177.007</b>	<b>153.504</b>

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

## 6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IR a recuperar	2.512	8.371	4.328	15.729
CSLL a recuperar	499	2.657	321	5.403
ICMS a recuperar	177	3.300	6.071	7.035
IPI a recuperar	5.898	4.201	7.805	5.503
Impostos federais retidos por clientes	-	-	32	706
INSS a recuperar	-	658	157	658
Outros	9	-	493	688
<b>Total</b>	<b>9.095</b>	<b>19.187</b>	<b>19.207</b>	<b>35.722</b>
Total circulante	3.955	19.187	10.673	32.167
Total não circulante	5.140	-	8.534	3.555
<b>Total</b>	<b>9.095</b>	<b>19.187</b>	<b>19.207</b>	<b>35.722</b>

## 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Matéria prima	41.006	48.038	67.465	65.774
Produtos em processo	25.944	19.722	33.069	24.212
Peças e materiais de reposição	2.534	2.127	3.211	2.899
	<b>69.484</b>	<b>69.887</b>	<b>103.745</b>	<b>92.885</b>
Adiantamentos a fornecedores	2.734	3.675	3.874	7.368
<b>Total</b>	<b>72.218</b>	<b>73.562</b>	<b>107.619</b>	<b>100.253</b>

## 8. Aplicações financeiras – caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Total circulante	2.661	-	2.661	-
Total não circulante	100.263	-	100.263	-
<b>Total</b>	<b>102.924</b>	<b>-</b>	<b>102.924</b>	<b>-</b>

As aplicações financeiras – caixa restrito lastreiam o empréstimo tomado pela controlada Valid USA para a aquisição dos ativos da empresa VMark, Inc. (“VMark”). Estas aplicações restritas são compostas de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) junto ao Deutsche Bank S.A. e sua remuneração é indexada a 100% da variação do CDI. A liberação desta aplicação está condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA. Vide Nota 13 (a).

## 9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	7.351	6.682	10.782	10.279
Tributários	8.698	1.678	9.919	1.749
Cíveis, comerciais e outros	251	251	251	251
<b>Total</b>	<b>16.300</b>	<b>8.611</b>	<b>20.952</b>	<b>12.279</b>

Em 29 de maio de 2012 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao auto de infração nº 4003960-2 no valor de R\$ 7.009. Este auto de infração refere-se a divergências encontradas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010.

## 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo e sua movimentação estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido		
	31/12/2011		31/12/2012
<b>Impostos diferido ativos com relação a:</b>			
Provisões	3.918	(1.786)	2.132
Juros sobre capital próprio	2.393	(2.393)	-
Amortização de ágio	1.015	(1.015)	-
Comissões a pagar	370	203	573
Provisão para fretes	305	(184)	121
Provisão para obsolescência imobilizado	-	1.420	1.420
Provisão para royalties	-	770	770
Provisão honorários advocatícios	442	34	476
Outras adições temporárias	2.059	(997)	1.062
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>10.502</b>	<b>(3.948)</b>	<b>6.554</b>
<b>Impostos diferido passivos com relação a:</b>			
Diferença depreciação – CPC 27	-	(2.730)	(2.730)
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>-</b>	<b>(2.730)</b>	<b>(2.730)</b>
<b>Total imposto diferido</b>	<b>10.502</b>	<b>(6.678)</b>	<b>3.824</b>
	Consolidado		
	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido		
	31/12/2011		31/12/2012
<b>Impostos diferido ativos com relação a:</b>			
Provisões	6.801	(3.490)	3.311
Juros sobre capital próprio	2.393	(2.393)	-
Amortização de ágio	1.015	(1.015)	-
Comissões a pagar	392	295	687
Prejuízo fiscal	1.191	6.296	7.487
Base negativa de CSLL	429	2.266	2.695
Provisão para fretes	612	(454)	158
Provisão para obsolescência imobilizado	-	1.420	1.420
Provisão para royalties	-	771	771
Provisão honorários advocatícios	442	34	476
Outras adições temporárias	3.408	(759)	2.649
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>16.683</b>	<b>2.971</b>	<b>19.654</b>
<b>Impostos diferido passivos com relação a:</b>			
Amortização fiscal do ágio dedutível	(23.461)	(7.651)	(31.112)
Diferença depreciação – CPC 27	-	(3.220)	(3.220)
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>(23.461)</b>	<b>(10.871)</b>	<b>(34.332)</b>
<b>Total imposto diferido</b>	<b>(6.778)</b>	<b>(7.900)</b>	<b>(14.678)</b>

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a

Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (vida útil do bem).

A companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos fiscais diferidos com os passivos fiscais diferidos da seguinte forma:

	<b>2012</b>				
<b>Compensação</b>	<b>Valid</b>	<b>Interprint</b>	<b>Incard</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
Impostos diferidos ativos	6.554	1.289	945	10.866	19.654
Impostos diferidos passivos	(2.730)	(31.112)	(490)	-	(34.332)
<b>Total ativos fiscais</b>	<b>3.824</b>	<b>-</b>	<b>455</b>	<b>10.866</b>	<b>15.145</b>
<b>Total passivos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>(29.823)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.823)</b>

	<b>2011</b>			
<b>Compensação</b>	<b>Valid</b>	<b>Interprint</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
Impostos diferidos ativos	10.502	3.498	2.683	16.683
Impostos diferidos passivos	-	(23.461)	-	(23.461)
<b>Total ativos fiscais</b>	<b>10.502</b>	<b>-</b>	<b>2.683</b>	<b>13.185</b>
<b>Total passivos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>(19.963)</b>	<b>-</b>	<b>(19.963)</b>

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2013	6.554	15.059
2014	-	1.584
2015	-	1.758
2016	-	1.253
<b>Total</b>	<b>6.554</b>	<b>19.654</b>

## 11. Investimentos e intangível

A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					
	Saldos em 31/12/2011	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Saldos em 31/12/2012
Investidas						
Valid Par	801	-	1	45	-	847
Interprint	224.096	-	(185)	40.833	(60.000)	204.744
Valid Espanha	23.527	-	3.492	(491)	-	26.528
Valid Argentina	7.165	-	(393)	2.691	-	9.463
Transtex Chile	26	-	2	(2)	-	26
Trust	7.670	-	-	9.236	(4.500)	12.406
	263.285	-	2.917	52.312	(64.500)	254.014
Ágio						
Valid Espanha	31.414	-	1.747	-	-	33.161
Valid Argentina	9.311	-	(3.132)	-	-	6.179
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	44.374	-	(1.385)	-	-	42.989
<b>Total</b>	<b>307.659</b>	<b>-</b>	<b>1.532</b>	<b>52.312</b>	<b>(64.500)</b>	<b>297.003</b>

  

Investimento	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2011	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2012
Multidisplay	3.429	-	-	4.063	(2.894)	4.598
<b>Total</b>	<b>3.429</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.063</b>	<b>(2.894)</b>	<b>4.598</b>

As principais informações sobre as controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

31 de dezembro de 2012						
Controladas	Total dos Ativos	Total dos Passivos	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	854	854	45	847	1.031	100
Incarn	32.897	32.897	(918)	19.600	762	(**) 50
Interprint	273.450	273.450	40.833	204.744	227.500	100
Valid Certificadora	23.753	23.753	(6.830)	10.024	20.000	(**) 100
Valid Espanha	45.996	45.996	(491)	26.528	164	100
Valid Argentina	23.046	23.046	2.832	9.961	15.219	(*) 100
Transtex Chile	28	28	(2)	28	1	(*) 100
Trust	14.811	14.811	9.243	12.406	17.500	100
Valid USA	133.092	133.092	(12.880)	4.150	100	(***) 100
Valid Solutions	5.237	5.237	(3.159)	3.617	-	(***) 100

(\*) Participação direta e indireta.

(\*\*) Participação indireta através da Interprint.

(\*\*\*) Participação indireta através da Valid Espanha

### a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.



Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“CPC 01”).

**b) Valid Participações Ltda.**

A Valid Participações (“Valid Par”) cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 03 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

**c) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

**d) CSB Transtex Chile S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil.

**e) Interprint Ltda.**

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência

desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

**f) Incard do Brasil Ltda.**

O investimento na Incard refere-se a uma *joint venture* com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos *chips* para a produção de *smart cards* e produtos correlatos.

**g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.**

Em 02 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de até R\$30.000, dos quais R\$15.332 foram pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955. O valor remanescente, não registrado, será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao atendimento de determinadas metas, pactuadas no contrato de compra e venda das ações.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e

produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

**h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414 relativo a rentabilidade futura com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

**i) Valid Certificadora Digital Ltda.**

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A Controladora Valid S.A., concedeu carta de fiança em nome da sua controlada Valid Certificadora no montante de R\$ 20.000, a fim de garantir a execução contratual referente às obrigações dos critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

**j) Valid USA, Inc.**

A Valid USA, Inc. (“Valid USA”) foi constituída em 15 de abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos, conforme contrato social. A Valid Espanha possui 100% de seu capital social. Em 6 de novembro de 2012, a Valid USA obteve a aprovação pelo Tribunal de Falência dos Estados Unidos (Distrito Norte de Illinois) do seu acordo para a aquisição de substancialmente todos os ativos operacionais da Vmark, Inc., empresa sediada em Illinois, Estados Unidos da América, e algumas de suas afiliadas, sendo elas: Versatile Card Technology (VCT), Qualteq, Inc.(d/b/a VCT – New Jersey, Inc.), Creative Automation (CAC), Unique Mailing Services (UMS), Global Card Services (GCS), unique Embossing Services (UES), Automated Presort (API), Fulfillment Excellence (FXI), Unique Data Services (USD) e Veluchamy, LLC (em conjunto “Vmark”). O valor da aquisição dos referidos ativos foi de US\$ 49.452.

Os ativos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>30/11/2012</u>
Ativo	
Contas a receber de clientes	27.211
Estoques	11.251
Outras contas a receber	2.617
Imobilizado	60.910
Intangível	1.814
<b>Total dos ativos adquiridos – valor justo</b>	<b>103.803</b>
<b>Valor pago pela aquisição dos ativos da Vmark</b>	<b>(104.216)</b>
<b>Ágio na aquisição dos ativos da Vmark</b>	<b>413</b>

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 14.838 referentes aos ativos da Vmark, foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida e reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica “Outras despesas operacionais” da demonstração do resultado.

O resultado do exercício inclui um prejuízo R\$ 12.880 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelos ativos da Vmark. As receitas consolidadas do exercício incluem R\$15.002 referentes aos negócios adicionais gerados pelos ativos da Vmark.

Caso essas combinações de negócios tivessem sido efetivadas em 1º de janeiro de 2012, as receitas da Vmark seriam de R\$ 235.956 e o prejuízo seria de R\$ 10.971 no qual não estão incluídos os custos referentes a aquisição mencionada anteriormente. A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho da Vmark combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

**k) Valid Secure Solutions LLC.**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2012, aprovou a aquisição de 100% do capital social da PPI Secure Solutions LLC (“PPI”), empresa com sede na Pennsylvania, Estados Unidos. Em setembro de 2012 a empresa teve sua razão social alterada para Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”). A Valid Solutions atua na área de atendimento a contingências na área de meios de pagamento (“disaster recovery”). A aquisição foi realizada através da Valid USA em dinheiro, pelo montante total de R\$ 2.548, sendo apurado um ganho na compra vantajosa no valor total de R\$ 965.

Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>24/05/2012</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	442
Contas a receber de clientes	253
Estoques	276
Outras contas a receber	166
Ativo não circulante	74
Imobilizado	4.243
<b>Total dos ativos adquiridos</b>	<b><u>5.454</u></b>
Passivo	
Passivo circulante	(1.941)
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b><u>(1.941)</u></b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b><u>3.513</u></b>

Apresentamos abaixo, o valor total de aquisição, assim como a determinação do ganho na compra vantajosa na aquisição da Valid Solutions:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	3.513
Valor pago pela aquisição da Valid Solutions	<u>(2.548)</u>
<b>Ganho na compra vantajosa da Valid Solutions</b>	<b><u>965</u></b>

A movimentação dos saldos de intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada como segue:

Controladora					
Intangível	Saldo em 31/12/2011	Adições (baixas)	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Vida útil definida					
Software	6.284	2.753	(3.020)	1.638	7.655
<b>Total</b>	<b>6.284</b>	<b>2.753</b>	<b>(3.020)</b>	<b>1.638</b>	<b>7.655</b>

  

Consolidado							
Intangível	Saldos em 31/12/2011	Adições (baixas)	Aquisição de controlada	Amortização	Variação Cambial	Transferências	Saldos em 31/12/2012
Vida útil definida							
Software	6.353	3.613	-	(3.189)	-	1.657	8.434
Marcas e patentes	-	-	1.814	-	(55)	-	1.759
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital	-	-	-	-	-	500	500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	-	-	85.962
Valid Espanha	31.414	-	-	-	1.747	-	33.161
Multidisplay	13.955	-	-	-	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	-	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	-	-	11.099
Valid Argentina	9.800	-	-	-	(3.295)	-	6.505
Trust	3.649	-	-	-	-	-	3.649
Vmark	-	413	-	-	(12)	-	401
	162.610	413	-	-	(1.560)	500	161.963
<b>Total</b>	<b>168.963</b>	<b>4.026</b>	<b>1.814</b>	<b>(3.189)</b>	<b>(1.615)</b>	<b>2.157</b>	<b>172.156</b>

(\*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

## 12. Imobilizado

	Controladora										
							Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	16,67%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2011	3.732	68.726	172.003	-	8.318	1.541	87.427	5.399	9.090	812	357.048
Adições	110	1.216	7.913	27.417	739	1.312	3.784	1	12.709	15.051	70.252
Baixas	-	-	-	-	(9)	(321)	(239)	-	-	(14.930)	(15.499)
Transferências	(110)	1.160	1.930	-	1.675	(66)	3.606	5.090	(14.923)	-	(1.638)
Provisão para obsolescência	-	-	(4.174)	-	-	-	-	-	-	-	(4.174)
Saldos em 31/12/2012	3.732	71.102	177.672	27.417	10.723	2.466	94.578	10.490	6.876	933	405.989
Depreciação											
Saldos em 31/12/2011	-	(17.896)	(86.352)	-	(5.424)	(467)	(69.258)	(5.399)	-	-	(184.796)
Adições	-	(2.753)	(10.010)	-	(686)	(353)	(7.721)	(84)	-	-	(21.607)
Baixas	-	-	-	-	1	214	150	-	-	-	365
Transferências	-	90	-	-	-	-	-	(90)	-	-	-
Saldos em 31/12/2012	-	(20.559)	(96.362)	-	(6.109)	(606)	(76.829)	(5.573)	-	-	(206.038)
Valor residual líquido em 31/12/2011	3.732	50.830	85.651	-	2.894	1.074	18.169	-	9.090	812	172.252
em 31/12/2012	3.732	50.543	81.310	27.417	4.614	1.860	17.749	4.917	6.876	933	199.951

	Consolidado									
						Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	16,67%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-
Custo										
Saldos em 31/12/2011	4.212	91.877	299.494	-	11.028	1.970	117.289	6.900	14.380	914
Adições	110	2.440	11.809	27.417	1.340	1.312	8.576	186	18.963	15.051
Aquisição de controlada	2.861	4.291	54.376	-	139	744	2.742	-	-	-
Baixas	-	-	(2.710)	-	(102)	(334)	(247)	-	(139)	(15.032)
Ajuste cambial	-	180	(862)	-	45	(2)	502	(70)	(70)	-
Transferências	(110)	5.938	3.016	-	2.136	(64)	7.656	5.090	(25.819)	-
Provisão para obsolescência	-	-	(4.174)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2012	7.073	104.726	360.949	27.417	14.586	3.626	136.518	12.106	7.315	933
Depreciação										
Saldos em 31/12/2011	-	(34.334)	(161.485)	-	(7.223)	(766)	(90.970)	(6.536)	-	-
Adições	-	(3.736)	(18.384)	-	(916)	(383)	(11.018)	(187)	-	-
Baixas	-	-	1.250	-	57	208	102	-	-	-
Ajuste cambial	-	(74)	(636)	-	(24)	(7)	(177)	52	-	-
Transferências	-	301	1.530	-	(394)	-	(1.347)	(90)	-	-
Saldos em 31/12/2012	-	(37.843)	(177.725)	-	(8.500)	(948)	(103.410)	(6.761)	-	-
Valor residual líquido em 31/12/2011	4.212	57.543	138.009	-	3.805	1.204	26.319	364	14.380	914
em 31/12/2012	7.073	66.883	183.224	27.417	6.086	2.678	33.108	5.345	7.315	933

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor aproximado de R\$3.804 (R\$ 3.800 em 31 de dezembro de 2011).

### 13. Empréstimos, Financiamentos, debêntures e leasing a pagar

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos(a)	Financiamentos(b)	Leasing a Pagar(c)
Tomador	Valid USA	Valid Certificadora	Valid S.A.
Valor total	US\$ 49.000	R\$ 29.875	R\$ 27.416
Data de Vencimento	Nov/18	Setembro/18	Novembro/2018
Remuneração	2,64% a.a.	TJLP + 1,5% a.a	10,85% a.a.
Garantia	Aplicação Financeira - caixa restrito	Fiança Bancária	Equipamentos
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Trimestrais (a partir de Out/14)	Mensais
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Trimestrais	Mensais

Debêntures (d)	1ª emissão-20/04/2008	2ª emissão-17/10/2011	3ª emissão-27/12/2012
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 28/01/2008	Reunião do Conselho de Administração em 07/10/2011	Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2012
Quantidade	18.000 debêntures simples não conversíveis em ações	10.000 debêntures simples não conversíveis em ações	13.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 180.000.000	R\$ 100.000.000	R\$ 130.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	20 de abril de 2013	17 de outubro de 2013	27 de junho de 2014
Remuneração	Taxa média DI + 1,50% a.a.	Taxa média DI + spread (de até 1,07% a.a.)	Taxa média DI + spread (de até 1,20% a.a.)
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	5 parcelas semestrais e iguais	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Não aplicável

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos:

#### a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, através da subsidiária Valid USA, o Grupo captou o empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América.

A Companhia em relação a esse empréstimo apresenta uma aplicação financeira – caixa restrito, conforme divulgado na Nota 8, na qual é dado em garantia. A liberação desta aplicação está condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA, conforme informado na tabela acima.



Em 31 de dezembro de 2012, os saldos dos empréstimos registrados no grupo estão assim resumidos:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Empréstimos</b>		
Principal	100.132	-
Juros	243	-
<b>Total</b>	<b>100.375</b>	<b>-</b>
Total circulante	243	-
Total não circulante	100.132	-
<b>Total</b>	<b>100.375</b>	<b>-</b>

#### **b) Financiamentos**

Em 11 de setembro de 2012, através da subsidiária indireta Valid Certificadora, o Grupo captou o financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$ 29.875, sendo liberado o montante de R\$ 12.000 até 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos dos financiamentos registrados no grupo estão assim resumidos:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Financiamentos</b>		
Principal	12.000	-
Juros	32	-
<b>Total</b>	<b>12.032</b>	<b>-</b>
Total circulante	32	-
Total não circulante	12.000	-
<b>Total</b>	<b>12.032</b>	<b>-</b>

#### **c) Leasing a pagar**

O Grupo arrendou alguns de seus equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, através de arrendamentos financeiros. O prazo médio de arrendamento é de 6 anos. O grupo possui opções de compra dos bens pelo valor descontados dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. As obrigações do grupo assumidas por meio de arrendamentos financeiros estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

As taxas de juros para todas as obrigações assumidas por meio de arrendamentos financeiros são fixadas nas respectivas datas dos contratos em 10,85% ao ano.

Adicionalmente, conforme previsto em contrato a companhia realizou adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 18.143 na qual serão descontadas nas prestações futuras estando as mesmas atreladas ao dólar.

Abaixo demonstraremos os pagamentos mínimos futuros a pagar, líquidos dos adiantamentos sobre os arrendamentos financeiros que em 31 de dezembro de 2012.

	Controladora e Consolidado		
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Pagamento mínimo de leasing	4.569	18.376	4.471
Adiantamento	(4.101)	(1.180)	-
<b>Total de pagamentos líquidos</b>	<b>468</b>	<b>17.196</b>	<b>4.471</b>
			<b>22.135</b>

#### d) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Principal – 1ª emissão	36.000	72.000
Principal – 2ª emissão	100.000	-
Juros – 1ª emissão	561	2.564
Juros – 2ª emissão	1.544	2.410
Juros – 3ª emissão	81	-
	<b>138.186</b>	<b>76.974</b>
Não circulante		
Principal – 1ª emissão	-	36.000
Principal – 2ª emissão	-	100.000
Principal – 3ª emissão	130.000	-
	<b>130.000</b>	<b>136.000</b>
<b>Total</b>	<b>268.186</b>	<b>212.974</b>

A Companhia efetuou em 20 de abril de 2011 e em 20 de outubro de 2011 o pagamento de parcelas das debêntures de 1ª emissão, ambas no valor de R\$ 36.000, totalizando R\$ 72.000, sendo ainda efetuado o pagamento de juros no valor de R\$ 20.649.

Em 2012, a Companhia efetuou pagamentos conforme demonstrado abaixo:

Debêntures	Data do Pagamento	Principal	Juros
1º Emissão	20/04/2012	36.000	6.372
	20/10/2012	36.000	3.412
		<b>72.000</b>	<b>9.784</b>
2º Emissão	16/04/2012	-	5.632
	20/10/2012	-	4.467
		-	<b>10.099</b>
<b>Total geral</b>		<b>72.000</b>	<b>19.883</b>

As debêntures prevêem a manutenção de determinados covenants, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debênture e leasing a pagar:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2013	138.654	138.967
2014	133.414	146.717
2015	4.594	32.701
2016	4.594	32.701
2017	4.594	32.701
2018	4.471	18.979
<b>Total</b>	<b>290.321</b>	<b>402.766</b>

#### 14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IR a recolher	1.037	7.315	6.044	15.693
CSLL a recolher	-	2.439	568	5.373
ICMS a recolher	571	516	775	739
IPI a recolher	-	25	41	203
ISS a recolher	1.418	1.624	1.555	1.900
COFINS a recolher	2.169	1.776	2.852	2.481
PIS a recolher	471	386	620	536
Outros	84	118	157	1.310
<b>Total</b>	<b>5.750</b>	<b>14.199</b>	<b>12.612</b>	<b>28.235</b>

#### 15. Parcelamento de débitos fiscais

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Parcelamento especial de débitos - PAES (Lei nº 10.684/03)	467	1.942
Parcelamento de INSS	-	280
<b>Total</b>	<b>467</b>	<b>2.222</b>
Total circulante	467	579
Total não circulante	-	1.643
<b>Total</b>	<b>467</b>	<b>2.222</b>

##### a) Programa de parcelamento especial de débitos – PAES

As controladas Interprint e Tecnoformas (incorporada pela Interprint em 31 de outubro de 2009) optaram pelo parcelamento especial de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecido como REFIS II, consolidando todos os débitos federais com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, relativos aos valores referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que vinham sendo discutidos judicialmente, os quais, mediante a desistência dos processos de questionamento, também foram incluídos no PAES.

O valor da prestação corresponde ao maior valor entre 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela e 1/180 do total do débito consolidado, não podendo ser inferior a R\$ 2, garantido o prazo máximo de 120 parcelas caso seja adotado o percentual de 1,5% sobre a receita bruta. Com base na expectativa de faturamento, a Administração do Grupo adotou o prazo total de 120 meses para definição das parcelas de curto e longo prazo nas demonstrações financeiras.

## b) Parcelamento de INSS

Em 4 de dezembro de 2007, a controlada Interprint foi autuada pelo não recolhimento de INSS sobre fretes referentes ao período de janeiro de 2002 à maio de 2003 e pelo não recolhimento de INSS sobre pagamentos efetuados por serviços prestados por intermédio de cooperativas de trabalho no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004.

A Interprint optou pelo parcelamento da dívida em 60 meses e liquidou a mesma em dezembro de 2012.

## 16. Provisões

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2012, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			Saldos em 31/12/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	
Trabalhistas	5.613	6.303	(4.097)	7.819
Tributárias	1.626	-	(1.626)	-
Cíveis, comerciais e outros	4.285	737	(4.368)	654
<b>Total</b>	<b>11.524</b>	<b>7.040</b>	<b>(10.091)</b>	<b>8.473</b>

  

	Consolidado			Saldos em 31/12/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	
Trabalhistas	6.923	7.636	(4.776)	9.783
Tributárias	11.085	880	(8.894)	3.071
Cíveis, comerciais e outros	4.285	737	(4.368)	654
<b>Total</b>	<b>22.293</b>	<b>9.253</b>	<b>(18.038)</b>	<b>13.508</b>

## a) Provisões

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda reconhecidas como provisão nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- Cíveis: Discussões sobre questões contratuais diversas. Nenhuma reivindicação civil, individualmente, tem um valor significativo para o Grupo.
- Trabalhistas: Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. As reclamações mais relevantes dizem respeito a

reconhecimento de vínculo empregatício no valor de R\$ 2,4 milhões e a pagamento de benefícios no valor de R\$ 1,1 milhão.

- Fiscais: Envolvem cumprimento de obrigações fiscais relativas a órgãos Federais. O montante mais relevante diz respeito a tributos federais relacionados a empresas controladas, no total de R\$ 2.191 mil.

#### **b) Passivo contingente**

A Companhia discute na esfera judicial, ações para as quais existe a expectativa de perdas possíveis e entende que para estas, não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão distribuídos da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2012</b>
Trabalhistas	25.033	27.731
Tributários	36.321	73.360
Cíveis, comerciais e outros	23.425	37.689
<b>Total</b>	<b>84.779</b>	<b>138.780</b>

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

#### **• Processos tributários:**

##### **i) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)**

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao suposto enquadramento equivocado de classificação de bens na tabela de IPI gerando débito de imposto e glosa de créditos relativos ao mesmo.

Em relação aos autos de infração supostamente devidos ao enquadramento equivocado de classificações de bens na tabela de IPI a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes. O valor atualizado destes processos montam aproximadamente R\$ 22.693.

##### **ii) Auto de infração – Impostos Aduaneiros**

A União Federal lavrou contra a joint venture Incard auto de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 13.400, referente a multa pelo suposto erro de classificação fiscal em relação a produtos importados. A Incard contestou a cobrança e a situação em 31 de dezembro de 2012 encontrava-se em esfera administrativa no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

### **iii) Auto de infração – Arquivos eletrônicos fiscais**

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 7.100, referente a multa por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

### **iv) Execução fiscal ICMS – São Paulo**

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração e imposição de multa, no montante histórico aproximado de R\$ 5.500, referentes a cobrança de suposto débito de ICMS sobre determinadas operações de confecção de impressos gráficos.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos

- **Processos cíveis:**

- i) Ação cível ajuizada contra a controladora, cujo autor é o ex-representante comercial da controladora, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. O valor atualizado da ação atribuído pelo ex-representante é de R\$ 19.421.
- ii) Ação cível ajuizada contra a controladora requerendo nulidade de contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de telecomunicações, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 3.235.
- iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 13.795.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

- **Processos trabalhistas:**

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. A reclamação possível de maior representatividade refere-se a um ex-representante comercial que efetua o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento dos benefícios e direitos trabalhistas no montante de R\$ 11.500.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária dadas em garantia para garantir compromissos em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 10.173 na

controladora e R\$ 13.648 no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

## 17. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas, que foram eliminadas no processo de consolidação, podem ser assim sumariados:

		<b>Controladora</b>	
		<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ativo		<b>33.776</b>	<b>7.380</b>
Circulante			
Contas a receber		<b>97</b>	<b>167</b>
Incard		95	49
Interprint		-	76
Valid Argentina		2	42
Dividendos a receber		<b>25.057</b>	<b>4.559</b>
Interprint		20.000	-
Valid Espanha		5.057	4.559
Outras contas a receber		<b>-</b>	<b>2.654</b>
Valid Argentina – mútuo		-	2.654
Não Circulante			
Outras contas a receber		<b>8.622</b>	<b>-</b>
Valid Argentina - mútuo		3.043	-
Valid Espanha - mútuo		5.579	-
Passivo		<b>(130)</b>	<b>(24)</b>
Circulante			
Fornecedores		<b>(130)</b>	<b>(24)</b>
Incard		-	(20)
Interprint		-	(4)
Trust		-	-
Valid Argentina		(47)	-
Valid Espanha		(83)	-
		<b>Controladora</b>	
		<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Demonstração dos resultados			
Receita líquida		<b>925</b>	<b>390</b>
Incard		365	281
Interprint		241	99
Trust		19	10
Valid Argentina		213	-
Valid Espanha		87	-
Custo das mercadorias e serviços		<b>925</b>	<b>390</b>
Incard		365	281
Interprint		241	99
Trust		19	10
Valid Argentina		213	-
Valid Espanha		87	-

As controladas Interprint e Incard passaram a comprar alguns insumos diretamente da Valid após a aquisição destas empresas pela Companhia. A produção é feita de acordo com as necessidades de cada uma das empresas, não existindo contrato firmado de produção mínima.

Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000. A Valid Argentina (mutuaria) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias.

Em 26 de setembro de 2012, a controlada Valid Espanha firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 5.000. A Valid Espanha (mutuaria) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios mensais equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para os títulos federais – SELIC, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias.

Em 1 de agosto de 2012, a controlada Certificadora firmou contrato de mútuo com a Interprint no montante de até R\$ 10.000. A Certificadora (mutuaria) se comprometeu a restituir a Interprint (mutuante) a quantia mutuada, corrigida de 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 0,93%, os quais incidiram da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente. Em 18 de outubro de 2012 a mutuaria quitou o mútuo que possuía com a Interprint no montante total de R\$ 3.374 já acrescidos dos juros remuneratórios.

Em 25 de setembro de 2012, a controlada Valid USA firmou contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de US\$ 2.700. A Valid USA (mutuaria) havia se comprometido a restituir a Valid Espanha (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 0,75% ao ano, os quais incidiriam da data da transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 1 ano, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Valid USA em aproximadamente US\$ 5.410, mediante capitalização do mútuo firmado com a Valid Espanha já acrescido dos juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2012, Valid Espanha possui em seu ativo, contas a receber com Valid Argentina no montante de R\$ 150, a Valid Argentina possui em seu ativo, um contas a receber com Valid Espanha no montante de R\$ 54.

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Multidisplay registrou dividendos a pagar à controlada Interprint no montante de R\$ 1.094.

## **18. Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 100.000, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 5.150.000 ações ordinárias, sem valor



nominal, o que corresponde a 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações detidas pelos acionistas, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro tiveram suas frações agrupadas e vendidas na BM&FBOVESPA, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado correspondeu a R\$ 19,42 por ação. Desta forma, em 30 de setembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 56.650.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 900.000 ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Diante desta deliberação, em 31 de dezembro de 2011 o capital subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 360.000, dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e permanece o mesmo em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

## **b) Reserva de capital**

### **Opções de outorgas reconhecidas**

Em função do programa de opção de compra de ações, conforme descrito na Nota 25, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações ("CPC 10"), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period).

### **Ganho na venda de ações em tesouraria**

A Companhia no exercício de 2012 realizou o pagamento de remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 559.

## **c) Reservas de lucros**

### **Reserva legal**

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

### **Reserva para investimentos**

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária de 06 de maio de 2011, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 100.000 com reserva para investimento passando do saldo desta para R\$ 66.956.

Em 13 de dezembro de 2011, a Companhia cancelou 900.000 ações a um valor patrimonial de R\$ 16.790 com a utilização da referida reserva que passou a ter um saldo de R\$ 50.166. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da reserva de investimento passou a ser R\$ 55.696, já considerando a destinação do saldo remanescente dos lucros acumulados no montante de R\$ 5.530.

A reserva para investimentos é constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, à qual será submetida à aprovação na Assembléia Geral Ordinária. A Companhia submeterá o valor de R\$ 46.192 e sendo aprovada a destinação o montante desta reserva passará a ser de R\$ 101.888.

**d) Dividendos e juros sobre capital próprio**

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 9 de janeiro de 2012, foram pagos juros sobre capital próprio e dividendos propostos no exercício de 2011 nos montantes de R\$ 8.406 e R\$ 3.061 respectivamente tendo sido pago o imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no exercício de 2011, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente a Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a destinação adicional de R\$ 65.911 como dividendos do exercício de 2011, na forma prevista em no Estatuto Social da Companhia, os quais foram aprovados na Assembléia Geral Ordinária de 26 de abril de 2012 e pagos em 10 de maio de 2012.

Em 14 de agosto a Companhia propôs o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12.771. Em 24 de agosto de 2012 foram pagos dividendos intermediários com base no balancete semestral levantado em 30 de junho de 2012, no montante de R\$ 4.692, equivalente ao valor de R\$ 0,0845 por ação e o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 12.771, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,2300 por ação sendo ambos referentes ao resultado do ano de 2012.

Em 27 de novembro de 2012 foram pagos dividendos intermediários com base no balancete semestral levantado em 30 de junho de 2012, no montante de R\$ 15.546, equivalente ao valor de R\$ 0,2800 por ação.

Adicionalmente a Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a destinação adicional de R\$ 18.486 como dividendos do exercício de 2012, na forma prevista em no Estatuto Social da Companhia.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração da Companhia está propondo à Assembleia Geral de Acionistas, destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme a seguir:

	<b>31/12/2012</b>
Lucro líquido do exercício	102.829
Constituição de reserva legal	(5.142)
Dividendos intermediários pagos referentes ao exercício de 2012	(20.238)
Juros sobre capital próprio intermediários pagos referentes ao exercício de 2012	(12.771)
Dividendos adicionais propostos	(18.486)
Destinação do lucro remanescente para Reserva para investimento	46.192

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Lucro líquido do exercício	102.829	111.820
Apropriação à reserva legal	(5.142)	(5.591)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>97.687</b>	<b>106.229</b>
(x) dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>24.422</b>	<b>26.557</b>
Dividendos pagos	20.238	6.117
Juros sobre capital próprio pagos	12.771	28.671
	33.009	34.788
Dividendos adicionais propostos pela Administração		
Dividendos	18.486	65.911
	18.486	65.911
<b>Total de dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/pagos</b>	<b>51.495</b>	<b>100.699</b>
<b>Percentual de destinação</b>	<b>52,71 %</b>	<b>94,79 %</b>

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

#### e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de opção de compra de ações. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

<b>Data da aprovação</b>	<b>Quantidade máxima a ser adquirida</b>	<b>% das ações em circulação</b>	<b>Data do término</b>
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém 225.147 ações ordinárias em tesouraria, cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Quantidade		Preço (em reais)		
	31/12/2011	Aquisições / baixas	31/12/2012	Mínimo	Máximo
Ação ordinária	401.190	(176.043)	225.147	16,10	20,79
					Médio ponderado
					18,97

A Companhia no primeiro trimestre de 2012 realizou o pagamento de remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 559 sendo este registrado em reserva de capital.

Baseado na última cotação de mercado disponível em 28 de dezembro de 2012, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 10.244, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			Última cotação
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	
Ação ordinária	20,31	45,50	30,42	45,50

#### f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras ("CPC 02"), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions e da conversão do ágio. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo constituído pela Companhia nesta rubrica era credor de R\$ 1.028 (devedor de R\$ 504 em 31 de dezembro de 2011).

## 19. Resultado por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	102.829	111.820
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	55.502	54.428
<b>Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação</b>	<b>1,85</b>	<b>2,05</b>

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 55.750.000 ações ordinárias, normativas, escriturais e sem valor nominal. Os eventos mais representativos que resultaram na alteração da quantidade de ações da Companhia se encontram mencionados na Nota 18 (a).

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

## **20. Informações por segmento**

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

### **a) Meios de pagamento**

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

### **b) Sistema de identificação**

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

### **c) Telecomunicações**

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

### **d) Certificação digital**

O segmento de certificação digital oferece segurança nas transações digitais viabilizando o uso e emitindo certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, essenciais à atuação profissional de pessoas físicas e jurídicas nos relacionamentos eletrônicos com empresas e instituições de todos os segmentos de mercado e esferas de governo. Além da emissão de certificados, é oferecido serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

As práticas contábeis dos segmentos da Companhia são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis (Nota 2).

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBTIDA e lucro operacional.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

<b>31/12/2012</b>	<b>Meios de pagamento</b>	<b>Identificação</b>	<b>Telecom</b>	<b>Certificação digital</b>	<b>Ajustes e eliminações</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas</b>						
Clientes	407.666	297.558	224.936	6.979	-	937.139
Intersegmento	478	240	2.308	-	(3.026)	-
<b>Total das receitas</b>	<b>408.144</b>	<b>297.798</b>	<b>227.244</b>	<b>6.979</b>	<b>(3.026)</b>	<b>937.139</b>
Custos e despesas	(363.261)	(187.501)	(184.696)	(22.758)	-	(758.216)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(16.756)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	4.063	-	-	4.063
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(13.727)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(49.674)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>102.829</b>
<b>31/12/2012</b>						
<b>Ativos operacionais</b>	<b>326.764</b>	<b>122.466</b>	<b>160.458</b>	<b>13.939</b>	<b>(97)</b>	<b>623.530</b>
Clientes	73.222	38.928	63.719	77	(97)	175.849
Estoques	56.893	17.207	30.922	2.597	-	107.619
Imobilizado	196.649	66.331	65.817	11.265	-	340.062
<b>Passivos operacionais</b>	<b>30.580</b>	<b>10.462</b>	<b>25.230</b>	<b>371</b>	<b>(97)</b>	<b>66.546</b>
Fornecedores	30.580	10.462	25.230	371	(97)	66.546

<b>31/12/2011</b>	<b>Meios de pagamento</b>	<b>Identificação</b>	<b>Telecom</b>	<b>Certificação digital</b>	<b>Ajustes e eliminações</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas</b>						
Clientes	402.712	258.648	212.559	-	-	873.919
Intersegmento	-	67	355	-	(422)	-
<b>Total das receitas</b>	<b>402.712</b>	<b>258.715</b>	<b>212.914</b>	<b>-</b>	<b>(422)</b>	<b>873.919</b>
Custos e despesas	(351.651)	(182.347)	(184.906)	-	-	(718.904)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(3.152)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.847	-	-	3.847
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(10.297)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(33.593)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.820</b>
<b>31/12/2011</b>						
Ativos operacionais	<b>209.149</b>	<b>119.178</b>	<b>171.394</b>	<b>-</b>	<b>(190)</b>	<b>499.531</b>
Clientes	45.075	33.529	74.114	-	(190)	152.528
Estoques	58.233	9.402	32.618	-	-	100.253
Imobilizado	105.841	76.247	64.662	-	-	246.750
Passivos operacionais	<b>18.066</b>	<b>8.966</b>	<b>32.538</b>	<b>3.571</b>	<b>(190)</b>	<b>62.951</b>
Fornecedores	18.066	8.966	32.538	3.571	(190)	62.951

### Informações geográficas

O Grupo opera em quatro principais áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina e EUA (sendo esta a partir de dezembro/2012).

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

<b>Informações geográficas</b>	<b>Receitas</b>		<b>Ativos não circulantes(*)</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
No país sede da entidade – Brasil	808.399	782.429	466.372	424.233
Em países estrangeiros	128.740	91.490	84.862	10.890
<b>Total</b>	<b>937.139</b>	<b>873.919</b>	<b>551.234</b>	<b>435.123</b>

(\*) Exceto instrumentos financeiros e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

### Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento (“CPC 22”), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

## 21. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	123.431	116.605	152.503	145.413
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>41.967</b>	<b>39.646</b>	<b>51.851</b>	<b>49.440</b>
Adições				
Perdas no recebimento de créditos	18	-	23	-
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(17.786)	(23.002)	(1.381)	(1.308)
Perdas no recebimento de créditos	-	(44)	-	(44)
Incentivos fiscais	(428)	(328)	(876)	(626)
Juros sobre capital próprio	(4.342)	(11.940)	(4.342)	(11.940)
Parcela isenta do adicional	(24)	(24)	(84)	(84)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	1.691	(93)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	(2.507)	(1.569)
Outras adições / exclusões	1.197	477	5.299	(183)
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	<b>20.602</b>	<b>4.785</b>	<b>49.674</b>	<b>33.593</b>
Alíquota efetiva	<b>16,69%</b>	<b>4,10%</b>	<b>32,57%</b>	<b>23,10%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.924	8.860	41.774	29.145
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.678	(4.075)	7.900	4.448
	<b>20.602</b>	<b>4.785</b>	<b>49.674</b>	<b>33.593</b>

## 22. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 13.263 (R\$ 8.345 em 31 de dezembro de 2011), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Com relação às opções de ações, detalhes adicionais estão descritos na Nota 25. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui outros planos de benefícios para seus funcionários.

## 23. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, empréstimos e arrendamentos, débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito das debêntures e empréstimos, foi a captação de recursos para as operações da Companhia e combinação de negócios e suas controladas, enquanto que as obrigações com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – caixa restrito, contas a receber de clientes, outras contas a receber, créditos com partes relacionadas e dividendos a receber, que resultam diretamente de suas operações. Adicionalmente a companhia apresenta derivativos.



## Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos / débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures e empréstimos e arrendamento emitidas pela Companhia se encontra classificado como passivo financeiro mantido até o vencimento e não mensurado ao valor justo, e está contabilizado pelos seus valores contratuais.

Adicionalmente a Companhia apresenta transações com derivativos.

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	30.758	30.758	117.640	117.640
Aplicações financeiras - caixa restrito	Mantidas até o vencimento	102.924	102.924	102.924	102.924
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	89.897	89.897	177.007	177.007
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	25.057	25.057	1.094	1.094
Fornecedores	Custo amortizado	29.116	29.116	66.693	66.693
Derivativos	Valor justo	596	596	596	596
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	Custo amortizado	290.321	290.259	402.766	402.391

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	124.236	124.236	171.780	171.780
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	88.280	88.280	153.504	153.504
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	4.559	4.559	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	37.536	37.536	65.404	65.404
Empréstimos e Debêntures	Custo amortizado	212.974	212.974	213.674	213.674

## Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às

informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida os ativos e passivos registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora			
	Valor de mercado para ativos	Outros impactos significativos	Outros impactos significativos não	
Descrição	31/12/2012	idênticos (Nível 1)	observáveis (Nível 2)	observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	28.207	-
Total dos ativos		-	28.207	-
Passivo				
Derivativos		-	596	-
Total dos passivos		-	596	

Descrição	Controladora			
	<u>31/12/2011</u>	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	119.105	-
Total dos ativos		-	119.105	

Descrição	Consolidado			
	31/12/2012	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	74.552	-
Total dos ativos		-	74.552	-

<b>Passivo</b>				
Derivativos		-	596	-
Total dos passivos		-	596	-

	Consolidado		
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Descrição	31/12/2011		
Ativo			
Equivalentes de caixa	-	158.067	-
Total dos ativos	-	158.067	

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 4.274 e R\$ 8.548 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de dezembro de 2012.

- **Risco de câmbio**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um

instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 uma redução no montante total de R\$ 2.497 e R\$ 4.995 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 uma redução no montante de R\$ 6.632 e R\$ 13.264 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 uma redução no montante de R\$ 1.942 e R\$ 3.833 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 783 e R\$ 1.567.

Adicionalmente, em dezembro de 2012 a Companhia contratou derivativo o qual foi registrado em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Perda com “swap” cambial	596	-	596	-
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>-</b>	<b>596</b>	<b>-</b>

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos – Operações de Swap				
Vencimento	Controladora			
	Valor referência (nacional)	Posição ativa – 100% CDI	Posição passiva – Variação dólar + taxa 2,24% a.a.	Valor justo (a pagar)/ a receber
05/12/13	769	767	774	1
04/06/14	748	747	753	3
05/12/14	5.605	5.595	5.641	31
04/06/13	554	553	557	(2)
05/06/17	6.891	6.879	6.936	(77)
04/06/13	765	763	770	(2)
06/06/16	5.226	5.217	5.259	3
05/06/17	4.990	4.981	5.022	(56)
04/06/14	542	541	545	2
05/12/13	556	556	560	1
05/12/18	6.364	6.353	6.405	(223)
04/06/18	84	84	85	(2)
06/06/16	7.216	7.204	7.263	5
04/06/15	7.554	7.540	7.602	37
05/12/14	7.740	7.727	7.790	43
07/12/15	7.396	7.383	7.444	26
04/06/15	5.470	5.460	5.505	27
05/12/17	6.734	6.723	6.778	(125)
05/12/16	7.052	7.040	7.098	(31)
05/12/18	4.609	4.601	4.638	(161)
04/06/18	61	61	61	(2)
05/12/17	4.876	4.868	4.908	(91)
05/12/16	5.107	5.098	5.140	(22)
07/12/15	5.356	5.347	5.390	19
	102.265	102.088	102.924	(596)

(i) Deutsche

### Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI ou taxa pré-fixada em reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pela variação dos empréstimos em US\$.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da

reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2012 de acordo com o item 39 do CPC 40:

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	29.116	-	-	-	-	29.116
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	138.654	147.196	4.471	290.321
<b>Total</b>	<b>29.116</b>	<b>-</b>	<b>138.654</b>	<b>147.196</b>	<b>4.471</b>	<b>319.437</b>

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	66.693	-	-	-	-	66.693
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	138.967	244.820	18.979	402.766
<b>Total</b>	<b>66.693</b>	<b>-</b>	<b>138.967</b>	<b>244.820</b>	<b>18.979</b>	<b>469.459</b>

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	30.758	-	-	-	30.758
Aplicação financeira – caixa restrito	-	-	2.789	87.874	12.261	102.924
Contas a receber de clientes	76.084	9.012	4.801	-	-	89.897
Dividendos a receber	-	20.000	5.057	-	-	25.057
Depósitos judiciais	-	-	-	16.300	-	16.300
<b>Total</b>	<b>76.084</b>	<b>59.770</b>	<b>12.647</b>	<b>104.174</b>	<b>12.261</b>	<b>264.936</b>

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	117.640	-	-	-	<b>117.640</b>
Aplicação financeira – caixa restrito	-	-	2.789	87.874	12.261	<b>102.924</b>
Contas a receber de clientes	151.070	18.193	7.744	-	-	<b>177.007</b>
Dividendos a receber	-	1.094	-	-	-	<b>1.094</b>
Depósitos judiciais	-	-	-	20.952	-	<b>20.952</b>
<b>Total</b>	<b>151.070</b>	<b>136.927</b>	<b>10.533</b>	<b>108.826</b>	<b>12.261</b>	<b>419.617</b>

## Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros de 1,5% ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,14%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes à cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	28.207	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta			2.014	1.512	1.007
Aplicações financeiras – caixa restrito	102.924	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta - caixa restrito			7.349	5.517	3.674
Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	74.552	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta			5.323	3.996	2.662
Aplicações financeiras – caixa restrito	102.924	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta - caixa restrito			7.349	5.517	3.674

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2012. Foram acrescidos os juros de 1,5% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,64% para a primeira emissão, acrescidos os juros de 1,07% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,21% para a segunda emissão, e acrescidos os juros de 1,20% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,34% para a terceira emissão, sendo estas médias relacionadas ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 1ª emissão	36.561	CDI +1,5%	8,64%	10,80%	12,96%
Despesa financeira bruta			3.159	3.949	4.738
Debêntures – 2ª emissão	101.544	CDI +1,07%	8,21%	10,26%	12,32%
Despesa financeira bruta			8.337	10.418	12.510
Debêntures – 3ª emissão	130.081	CDI +1,20%	8,34%	10,43%	12,51%
Despesa financeira bruta			10.849	13.567	16.273

## 24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<b>Modalidade</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade civil	R\$ 38.324
Riscos operacionais	R\$ 349.566
Riscos diversos	R\$ 58.000
Veículos	R\$ 21.594
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 12.000
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.000

## 25. Programa de opção de compra de ações

Em assembléia geral de acionistas, realizada em 30 de março de 2006, a Companhia aprovou a inclusão no estatuto social de um programa de opção de compra de ações, denominado Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ação.

As opções de compra ou subscrição de nossas ações ordinárias são pessoais e intransferíveis e somente poderão ser outorgadas aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa.



O programa de opção de compra de ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe eleger os participantes do programa e o número de ações que cada participante terá o direito de adquirir. O limite máximo de ações disponíveis para o programa é de 2% do total de ações emitidas pela Companhia, sendo que tais ações terão os mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

Foram feitas duas distribuições de opções, a primeira em abril de 2006 no montante de 825 mil ações e a segunda em abril de 2007 no montante de 175 mil ações, ambas extintas, que atingiram o limite máximo de 2% (1.000.000 ações) do total de ações na data da última outorga, conforme previsto no programa.

As opções poderiam ser exercidas em 3 anos, a partir do ano seguinte da distribuição, na base de 1/3 a cada ano conforme quadro demonstrativo abaixo.

O prazo de exercício das opções expirava em 5 anos a partir de cada distribuição, sendo que a partir desta data, as opções eventualmente não exercidas serão consideradas extintas, sem direito a indenização por parte da Companhia.

O preço de subscrição ou de compra de cada ação ordinária da Companhia foi estabelecido em 90% do preço de lançamento das ações da Companhia quando da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, que corresponde a R\$ 15,30 (quinze reais e trinta centavos) por cada ação ordinária, para a primeira distribuição e R\$ 18,15 (dezoito reais e quinze centavos) para a segunda distribuição, que corresponde a média dos 90 pregões anteriores à data da distribuição.

A segunda outorga das opções, que se extinguiu no segundo trimestre de 2012, está demonstrada a seguir:

## Programa 2

Carência	%	Preço de exercício	Preço de opção	Quantidade	Valor
04/2007 – 04/2008	34	18,15	4,89	59.500	292
05/2008 – 04/2009	33	18,15	4,89	57.750	282
05/2009 – 04/2010	33	18,15	4,89	57.750	282
				<b>175.000</b>	<b>856</b>

  

Quantidade de ações outorgadas	Quantidade de ações exercidas antes da bonificação	Quantidade de ações perdidas antes da bonificação	Quantidade de ações em aberto antes da bonificação	Quantidade de ações em aberto após bonificação (10%)	Quantidade de ações exercidas após bonificação	Quantidade de ações perdidas com o fim do programa
175.000	(26.000)	(11.650)	137.350	151.085	(130.900)	20.185

Os valores justos das opções outorgadas foram calculados com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas das outorgas e seu reconhecimento no resultado do exercício terminou em 2010 totalizando R\$ 6.111.

A Companhia reconheceu mensalmente o montante de forma “pro rata”, em reserva de capital, na rubrica opções de ações outorgadas, tendo como contra partida o resultado do exercício.

## 26. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas e serviços	698.241	691.256	1.078.688	1.016.125
Impostos sobre vendas	(86.268)	(86.673)	(125.608)	(123.002)
Devoluções sobre vendas	(11.993)	(11.218)	(15.941)	(19.204)
<b>Receita de vendas líquida</b>	<b>599.980</b>	<b>593.365</b>	<b>937.139</b>	<b>873.919</b>

## 27. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mão de obra	129.691	129.741	169.798	146.417
Benefícios a empregados	41.431	36.161	48.885	41.034
Impostos e taxas	42.716	38.758	54.527	45.414
Aluguel	27.762	7.325	29.959	8.515
Depreciação e amortização	22.799	21.048	33.182	27.203
Material de consumo/Matéria prima	152.641	166.333	257.677	245.300
Serviços de terceiros	20.808	23.116	36.956	36.437
Manutenção	13.710	14.685	17.043	18.620
Utilidades e serviços	27.969	45.387	42.548	60.667
Comissões sobre vendas	11.325	9.694	15.151	11.643
Frete sobre vendas	9.738	11.483	22.498	23.201
Gerais e outros	17.482	25.464	29.992	54.453
	<b>518.072</b>	<b>529.195</b>	<b>758.216</b>	<b>718.904</b>

  

<b>Classificados como</b>				
Custos das mercadorias e serviços	448.787	463.476	659.560	628.791
Despesas com vendas	33.462	35.058	59.315	56.401
Despesas administrativas	35.823	30.661	39.341	33.712
	<b>518.072</b>	<b>529.195</b>	<b>758.216</b>	<b>718.904</b>

## 28. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação financeira	5.426	6.110	8.978	10.212
Atualizações contas a receber	2.643	2.078	2.768	2.168
Variação monetária	617	-	1.173	1.211
Outros	81	104	555	1.753
	<b>8.767</b>	<b>8.292</b>	<b>13.474</b>	<b>15.344</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(18.596)	(21.432)	(18.856)	(21.491)
Swap	(596)	-	(596)	-
Juros variação cambial	-	-	(3.741)	(1.564)
Despesas bancárias	(1.381)	(1.281)	(1.881)	(1.478)
Outros	(14)	(171)	(2.127)	(1.108)
	<b>(20.587)</b>	<b>(22.884)</b>	<b>(27.201)</b>	<b>(25.641)</b>
<b>Total, líquido</b>	<b>(11.820)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>(13.727)</b>	<b>(10.297)</b>

## 29. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

### a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ações em tesouraria resgatadas para liquidação de passivo	2.354	-	2.354	-
Juros sobre capital próprio	-	11.452	-	11.452
Dividendos declarados e não recebidos	25.057	4.559	1.094	-
Imobilizado adquirido através de leasing	27.416	-	27.416	-
Imobilizado adquirido e não pago	1.686	-	1.790	-

### b) Aquisição da Valid Solutions

	Valid Solutions
Ativo	
Circulante	<b>1.137</b>
Caixa e equivalentes de caixa	442
Contas a receber de clientes	253
Estoques	276
Outras contas a receber	166
Não circulante	<b>4.317</b>
Outras contas a receber	74
Imobilizado	4.243
Passivo	<b>(1.941)</b>
Fornecedores	(207)
Impostos e taxas a recolher	(16)
Salários e encargos sociais a pagar	(253)
Outras contas a pagar	(1.465)
Ganho na compra vantajosa Valid Solutions	<b>(965)</b>
<b>Preço de compra da Valid Solutions liquidado em caixa</b>	<b>2.548</b>
Caixa adquirido da controlada	(442)
<b>Caixa pago pela aquisição da Vmark, líquido do caixa adquirido</b>	<b>2.106</b>

### c) Aquisição dos ativos da Vmark

	Vmark
Ativo	
Contas a receber de clientes	27.211
Estoques	11.251
Outras contas a receber	2.617
Imobilizado	60.910
Intangível	1.814
Ágio na aquisição dos ativos da Vmark	413
<b>Valor pago pela aquisição dos ativos da Vmark</b>	<b>104.216</b>

## 30. Eventos Subsequentes

- Em 19 de fevereiro de 2013 a subsidiária indireta Valid Certificadora teve liberado mais uma parcela da linha de crédito contratada junto ao BNDES no montante de R\$ 9.500, perfazendo até esta data uma captação total de R\$ 21.500 dos R\$ 29.875 contratados.

- Em 21 de fevereiro de 2013 a Companhia recebeu dividendos de sua controlada Interprint no montante de R\$ 20.000 à conta dos lucros apurados com base no balancete levantado em 30 de junho de 2012 conforme ata de 28 de dezembro de 2012.
- Em 25 de fevereiro de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob o regime de garantia firme de subscrição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476/09. Serão emitidas até 25.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando, na data de Emissão, que será em 30 de abril de 2013, o valor de até R\$ 250.000 tendo um prazo de vigência de 5 anos, vencendo portanto, em 30 de abril de 2018.